



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

Habeas Corpus nº 0205616-2

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrante: Bela Medrana Karina B. de Pontes, OAB/PE 5.473-E

Impetrado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital

Paciente: Dráuzio Dyego Paes Barreto Reis

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

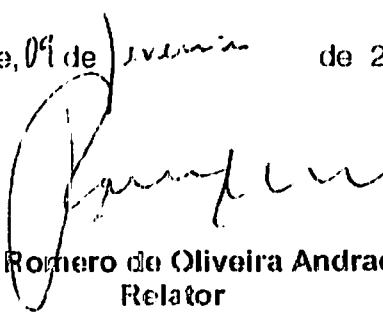
Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares

153

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - CRIME DE ROUBO TENTADO - 157, CAPUT, C/C ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA TÍPICA, AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO, AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, EXCESSO DE PRAZO - **ORDEM CONHECIDA PARCIALMENTE** - CLARA REITERAÇÃO DE PEDIDOS EM NOVO HABEAS CORPUS EM CURTO LAPSO TEMPORAL - MATÉRIA ANTERIORMENTE DISCUTIDA E DECIDIDA POR ESTE TRIBUNAL - AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS QUE MODIFIQUEM A SITUAÇÃO ANTERIOR IMPOSSIBILIDADE DE PROSPERAR AS ARGUMENTAÇÕES DA IMPETRANTE - CONHECIMENTO DA ORDEM NO PERTINENTE AO EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA - SUMÁRIO DE CULPA COM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA, E NESTA PARTE DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0205616-2, da 10ª Vara Criminal da Capital, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em CONHECER PARCIALMENTE a ordem somente no pertinente ao excesso de prazo e neste ponto DENEGÁ-LA, tudo conforme consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 09 de *junho* de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

RMC/CO (HC 0205616-2)

Fórum Thomas de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE - PE CEP 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: (0 XX 81) 3543 - Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: ro@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

154

Habeas Corpus nº 0205616-2
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Impetrante: Bela. Dédrana Karina B. de Pontes, OAB/PE 5.473-E
Impetrado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital
Paciente: Drauzio Dyego Paes Barreto Reis
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares

RELATÓRIO

Trata-se de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR* impetrado pela Bela. Dédrana Karina B. de Pontes, OAB/PE 5.473-E, em favor de *DRAUZIO DYEGO PAES BARRETO REIS*, que se encontra recolhido ao COTEL, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital.

Consta da inicial que o paciente foi preso em flagrante delito no dia **08 de outubro de 2009**, sendo denunciado nos autos da ação penal nº 001.2009.141279-0, como incurso nas sanções do artigo 157, *caput*, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal (*crime de roubo tentado*).

Pugnou a impetrante pela **desclassificação** da conduta descrita na denúncia para o crime de furto simples.

Esclareceu, outrossim, que o paciente encontrava-se em estado de embriaguez no momento em que foi flagrado cometendo o delito, argumentando, ainda, que tal conduta não é materialmente típica em face do **princípio da insignificância**.

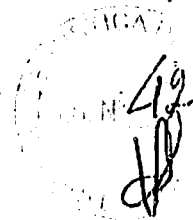
Alegou, também, que a custódia encontra-se eivada de ilegalidade por não se verificar qualquer requisito constante do **artigo 312, do Código de Processo**, além do fato de o paciente ser primário, de bons antecedentes, com residência fixa, nunca tendo participado anteriormente de nenhuma prática delituosa.

RMCCO (HC 0205616-2)

Fórum Thomas de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE - PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/fax: 3419 3643 - Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: rman@tpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



155

Argumentou, finalmente, pela existência de **excesso de prazo** no término do sumário de culpa, que até a data de impetração da presente não foi concluído.

A inicial veio acompanhada de documentos, às fls. 06/16

Indeferido o pedido de liminar pelo Relator Plantonista, Desembargador Antônio de Melo e Lima, às fls. 18/19.

Informações prestadas às fls. 29/30, sendo detalhado pela magistrada todo o sumário de culpa que se encontra com audiência de instrução e julgamento designada para o dia 05 de fevereiro de 2010.

A eminente Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Patrícia Carneiro Tavares, ofereceu parecer às fls. 3436, opinando pelo **não conhecimento da ordem** no que tange aos motivos da custódia provisória e pela **denegação** no pertinente ao excesso de prazo.

É o relatório.

Recife, 01 de *junho* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

156

Habeas Corpus nº 0205616-2

Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

Impetrante: Bela. Dédrana Karina B. de Pontes, OAB/PE 5.473-E

Impetrado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital

Paciente: Dráuzio Dyego Paes Barreto Reis

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procuradora de Justiça Convocada: Dra. Patrícia Carneiro Tavares

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

Assiste razão assiste ao Órgão Ministerial de 2º Grau, quando afirma que a presente ordem não merece ser conhecida no que tange aos motivos da custódia provisória e ao pedido de desclassificação da conduta realizada pelo paciente, por tratar-se de PEDIDO REITERATIVO formulado anteriormente e sem qualquer fato recente que justifique nova interposição.

De fato, o paciente teve impetrado em seu favor o Habeas Corpus nº 0203063-3, distribuído em 23 de novembro de 2009 para a Quarta Câmara Criminal do TJPE com a mesma fundamentação da presente ordem, como se constata na ementa e acórdão transcritos:

"HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE ROUBO PARA FURTO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA MOTIVADA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE. 1. O alegado excesso de prazo não se configura, in casu, mormente quando o feito tramita regularmente, já tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o próximo dia 05/02/2010. 2. A almejada desclassificação do delito atribuído ao paciente não é possível, vez que, há necessidade de revolvimento de matéria fático-probatória, incabível na estreita via do habeas corpus. 3. Em tema de prisão cautelar é razoável que se credite ao Juiz, por estar mais próximo do local dos fatos e das pessoas envolvidas, melhores condições de aquilatar sobre a necessidade da segregação cautelar. 4.

RMCCO (HC 0205616-2)

Fórum Thonaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050
Telefone: (0 XX 01) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 01) 96016221 ou (0 XX 01) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

49
12

157

Ordem de Habeas Corpus denegada. Unanimidade. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos do Habeas Corpus nº 203063-3 onde figura como paciente Drauzio Dyego Paes Barreto Reis, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, denegar a ordem de habeas corpus pleiteada, nos termos do voto do Des. Relator. Recife, 22 de dezembro de 2009. Des. Presidente. Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima"

Destarte, percebo que não há nesta nova ordem impetrada qualquer elemento novo, diverso dos já apresentados na anterior, que possa ensejar a concessão requerida em favor do paciente, cabendo ser conhecida parcialmente somente no ponto referente ao excesso de prazo.

Pois bem.

Como já relatado, temos que o paciente encontra-se preso e recolhido ao Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna desde o dia 08 de outubro de 2009 por força de flagrante delito, sendo ajuizada ação penal nº 001.2009.141279-0.

Das informações prestadas pela autoridade impetrada, percebe-se que a denúncia foi recebida em 09 de novembro de 2009, encontrando-se o feito criminal com audiência de instrução e julgamento designada para o dia 05 de fevereiro de 2010.

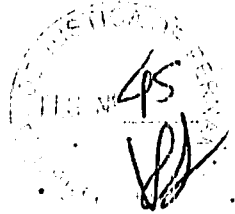
Com isso, afasta-se qualquer alegação calcada em excesso de prazo, uma vez que o supracitado feito criminal encontra-se com trâmite em perfeita harmonia com o princípio da razoabilidade, o que afasta a arguida ilegalidade na custódia do paciente.

Nesta mesma esteira é o entendimento jurisprudencial:

TJPR: "HABEAS CORPUS - POSSE DE ARMA DE FOGO - CUSTÓDIA QUE ATENDE A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL - EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA. - INSTRUÇÃO QUE AGUARDA DEPOIMENTOS A SEREM PROVIDENCIADOS POR CARTA PRECATÓRIA - APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. - ORDEM DENEGADA. I. Guilherme de Souza Nucci, ao comentar o art. 648 do CPP " in Código de Processo Penal Comentado. 3ª edição, Ed. Rt, pág. 957" destaca: "Quanto à instrução dos processos criminais, criou-se um período - obtido pela soma dos

RMCCO (HC 0205816-2)

Fórum Thonaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3 119 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



prazos previstos no Código de Processo Penal - que é de 81 dias, tempo considerado suficiente para o término da colheita das provas. Ocorre que, atualmente, a jurisprudência vem amenizando enormemente essa disposição, alegando que somente o caso concreto ditará se há ou não excesso de prazo para a conclusão da instrução. Logo, já não se fala em 81 dias, mas num prazo razoável, sem culpa do juiz, para a conclusão da instrução" II. Tem-se que, existem casos em que a superação do lapso temporal exigido, não configura excesso de prazo nos moldes a justificar a concessão da liberdade, como quando o atraso é de culpa exclusiva da defesa ou quando aplicável motivadamente o princípio da razoabilidade. III. Desta feita, considera-se existir constrangimento ilegal quando alguém estiver preso por tempo maior do que é determinado por lei, ou seja, quando houver excesso de prazo no recolhimento do paciente à prisão, sem que tenha dado causa a defesa ou que incida, justificadamente, o princípio constitucional da razoabilidade, tal qual evidenciado nos autos" (TJPR - 2ª C.Criminal - HCC 0437813-2 - Foz do Iguaçu - Rel.: Des. Lidio José Rotoli de Macedo - Unanime - J. 11.10.2007)

Quanto ao alegado pela impetrante acerca da primariedade e domicílio certo do paciente como condições favoráveis à elisão da custódia, não há como prosperar quando há elementos que induzem a manutenção de seu recolhimento.

Assim sendo, acolhendo na íntegra o parecer ofertado pelo Ministério Público de 2º grau, VOTO PELO CONHECIMENTO PARCIAL da ordem apenas no que tange ao excesso de prazo, para nestes termos DENEGÁ-LA, mantendo-se a custódia provisória do paciente.

É como voto.

Recife, 07 de *junho* de 2010.

[Assinatura manuscrita]
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator